

Republicanismo ou um novo radicalismo? Lojistas e política no final do século XIX (Lisboa, Paris e Milão)

DANIEL ALVES¹

Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Introdução

No final do século XIX, a pequena burguesia das cidades europeias estava sob pressão em termos económicos e sociais, sentindo os efeitos das crises financeiras que afetaram vários Estados, da progressiva regulamentação de diversos aspetos da vida cidadina e da crescente afirmação política de amplos setores do operariado. Ao mesmo tempo, os indivíduos identificados com a pequena burguesia e, em particular, os pequenos comerciantes ou lojistas, passavam por um processo de reforço da sua consciência de pertença a um grupo social com características próprias e com um papel específico na sociedade, a que se associava uma paulatina alteração do seu tradicional alinhamento político. Estes vários aspetos não foram episódica e aleatoriamente coincidentes no tempo, antes devem ser entendidos como profundamente interligados.

Efetivamente, à medida que ganhavam uma consciência de grupo, sentiam que política e economicamente estava a ser posta em causa a sua tradicional posição de “intermediários”². Por um lado, “vinda de cima”, uma economia mais competitiva estava a afetar a muito radical noção de liberdade de trabalho e de comércio que sempre tinham defendido, levando-os a desenvolver um sentimento de crise alimentado, por exemplo, pela constituição de monopólios, pelo aparecimento de novas formas de comércio e pela crescente fiscalização das suas atividades. Por outro lado, à medida

IHC, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, alves.r.daniel@gmail.com.

¹ Sobre este conceito veja-se, por exemplo, CROSSICK, Geoffrey, (1994), “Metaphors of the middle: the discovery of the petite bourgeoisie 1880-1914”, in *Transactions of the Royal Historical Society*, 4, p. 251-279.

que se desenvolviam as tendências socialistas e que as reivindicações “vindas de baixo” começavam a colocar em causa a sua relevância política e social, o alinhamento político da pequena burguesia caminhou paulatinamente do radicalismo de esquerda para o conservadorismo de direita, na transição entre os séculos XIX e XX.

Neste quadro geral, porém, é necessário introduzir matizes que o estudo comparativo de três cidades europeias pode ajudar a consubstanciar. Não estando aqueles fatores económicos, políticos e sociais presentes em todas, com as mesmas características e semelhante grau de intensidade, pode-se colocar a hipótese de a evolução dos alinhamentos políticos dos lojistas ser igualmente díspar.

Nessa medida, a observação comparada do caso lisboeta com o que se passava em Paris e Milão, onde o fenómeno de aproximação entre a pequena burguesia e os políticos de direita esteve presente, terá a vantagem de poder problematizar e contextualizar a visão de uma caminhada inexorável da pequena burguesia da esquerda radical, herdeira de 1848, para o conservadorismo, nas vésperas da I Guerra Mundial. Este será o principal objetivo deste texto, procurando analisar, sempre que possível numa perspetiva comparada, qual foi o percurso que os lojistas de Lisboa estavam a fazer em direção ao republicanismo e questionando se este não terá resultado, no fundo, de um aprofundamento do radicalismo a que os homens do pequeno comércio sempre estiveram associados.

Três cidades, duas tendências distintas, um corpo comercial semelhante

Na década de 1890, o pequeno comércio lisboeta passou por uma crise económica, em parte, derivada das dificuldades financeiras que o país atravessou pela mesma época, que potenciaram o aumento de impostos, o agravamento das pautas alfandegárias e, muito provavelmente, conduziram a uma retração no consumo. A mesma esteve ainda relacionada com mudanças estruturais na distribuição geográfica das lojas pela cidade, em grande medida, forçadas pela tendência de subida registada nas rendas dos imóveis e influenciadas pela dinâmica populacional da capital. Este quadro recessivo, que conduziu em Lisboa a um aumento de falências, trespasses e deslocalizações de lojas, visível até na diminuição do número de licenças para a abertura de estabelecimentos comerciais que obrigatoriamente tinham de ser requeridas à Câmara Municipal, não era, no essencial, muito diferente da conjuntura económica que afetou os lojistas de outras cidades europeias, nomeadamente, em Paris ou Milão, que na viragem do século estavam também a ser afetados por uma percentagem elevada de falências e trespasses³.

³ Sobre Lisboa veja-se ALVES, Daniel, (2010), *A República atrás do balcão. Os lojistas de Lisboa na fase final da Monarquia (1870-1910)*, tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, p. 41-126.

As características socioeconómicas e a distribuição geográfica dos lojistas nas três cidades em análise também não diferiam de forma significativa. Milão, por exemplo, era uma cidade onde preponderavam os estabelecimentos de géneros alimentares e bebidas, havendo uma equivalência quase direta com o que se passava em Lisboa, que podemos caracterizar como uma cidade de tabernas e mercearias, tipologias de lojas que em conjunto representavam cerca de um terço do total nas décadas finais da Monarquia⁴. Com Paris, para além do grande número de merceeiros, Lisboa partilhava igualmente, se bem que numa escala mais modesta, uma renovação urbanística e um crescimento demográfico quase explosivo que estava a levar a uma reorganização geográfica dos negócios, com as lojas de produtos de luxo e de roupas, por exemplo, a tomarem paulatinamente conta do coração mais comercial das cidades e as mercearias a sofrerem um processo de afastamento do centro, em boa medida, ligado à expansão demográfica para novos eixos citadinos⁵.

Nas três cidades o corpo do comércio de retalho era representado por um movimento associativo muito dinâmico que estava a facilitar a integração destes indivíduos na sociedade e na política e a ajudar na construção da sua imagem identitária e de pertença a um grupo ou uma “classe”, como a Associação dos Lojistas, fundada em 1870, fazia questão de destacar ao afirmar que representava “uma classe que só em Lisboa compreende mais de 15000 estabelecimentos”⁶. Em Paris, a principal associação representativa do pequeno comércio tinha sido criada apenas em 1888, tendo esta década representado um momento alto da fundação de associações ligadas a estes indivíduos⁷.

o mesmo, aliás, estava a acontecer noutras regiões e países, inclusive do outro lado do Atlântico. BLACKBOURN, David, (1977), “The *Mittelstand* in German Society and Politics, 1871 – 1914”, in *Social History*, 2, p. 411; DENECKE, Dietrich e SHAW, Gareth, (1992), “Traditional retail systems in Germany”, in BENSON, John e SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, p. 85; HAUPT, Heinz-Gerhard. (1993), “The Petty Bourgeoisie in Germany and France in the Late 19th Century”, in KOCKA, Jürgen e MITCHELL, Allan (eds.), *Bourgeois Society in Nineteenth Century Europe*, Oxford, Berg, p. 313; NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M. (1996), “Una clase inexistente? La pequeña burguesía española (1808-1936)”, in *Historia Social*, 26, p. 24; MONOD, David, (1996), *Store wars. Shopkeepers and the culture of mass marketing, 1890-1939*, Toronto, University of Toronto Press, p. 25.

MORRIS, Jonathan, (1993), *The Political Economy of Shopkeeping in Milan, 1886-1922*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 56. Para o caso lisboeta, veja-se ALVES, Daniel, (2010a), “Lisboa em 1908: um mundo de pequenas lojas”, in MATOS, Álvaro Costa de e MELO, Ana Homem de (coord.), *Lisboa e a República” Atas do colóquio nacional*, Lisboa, CML, p. 183-205.

FAURE, Alain, (1984), “The grocery trade in nineteenth-century Paris: a fragmented corporation”, in CROSSICK, Geoffrey e HAUPT, Heinz-Gerhard (eds.) (1984), *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*, London, Methuen, p. 155-174 e NORD, Philip G., (1986), *Paris shopkeepers and the politics of resentment*, Princeton, Princeton University Press, p. 100-119.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa (ACLL) (1892), *Desagravo do commercio de Lisboa: resposta da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa ao discurso pronunciado na Camara dos Senhores Deputados em sessão de 23 de fevereiro de 1892 pelo Ex. mo Sr. F. J. Machado*, Lisboa, Typ. e Stereotypia Moderna, p. 21.

NORD, Philip G., (1986), p. 7 e 23-31. Veja-se ainda WINSTANLEY, Michael J. (1983), *The shopkeeper's world 1830-1914*, Manchester, Manchester University Press, p. 75-77; BLACKBOURN, David, (1984), “Between resignation and volatility: the German petite bourgeoisie in the nineteenth century”,

Contudo, alguns fatores diferenciavam de forma significativa os lojistas de Lisboa em relação aos congéneres de Paris ou Milão. Nestas duas cidades, o pequeno comércio, aproveitando o desenvolvimento industrial e urbano de finais do século XIX, estava a crescer mais do que a população, o que significava que o estímulo do crescimento demográfico estava a levar a uma situação de superabundância de lojas, de excesso de concorrência, o que acontecia igualmente noutras cidades da Alemanha, da Bélgica ou da Inglaterra⁸.

O evoluir do fenómeno em Lisboa era claramente diferente, pois apesar do número de lojas estar a subir nos primeiros anos do século XX, o ritmo de crescimento correspondia a cerca de metade do da população, o que permitiu um ganho médio de clientela para cada loja de cerca de 36%, entre 1890 e 1910. Assim, ao contrário do que ocorria em França e na Itália, o lojista de Lisboa que tinha conseguido superar a crise dos anos 90 via aparentemente o seu negócio crescer de ano para ano, enquanto o pequeno comércio das outras duas cidades, saído da chamada Grande Depressão, sentia precisamente o oposto⁹. É importante realçar este aspeto, pois ele vai ajudar na explicação daquilo que, à primeira vista, parece ser um percurso de alinhamento político divergente entre os lojistas de Lisboa e os de Paris e Milão, pois ao não sentirem esta pressão económica ficaram com o campo livre para ver nos fatores políticos uma justificação para o seu ressentimento social.

Ao mesmo tempo, o maior crescimento urbano e económico daquelas duas cidades integradas em regiões de forte dinamismo industrial estava a potenciar, por um lado, o desenvolvimento de novas formas de concentração de capital, no setor do comércio, como eram os grandes armazéns de retalho e as cadeias de lojas. Por outro lado, levava a uma maior visibilidade e efetiva importância política do movimento operário e da divulgação do socialismo, expresso, entre outros aspetos, no significativo aumento do número de cooperativas de consumo. Fatores que estavam a gerar forte contestação entre os lojistas europeus, nomeadamente em Paris e Milão, mas que, uma vez mais, não eram encarados como um perigo pelos lojistas de Lisboa, que nunca verdadeiramente se preocuparam com a questão dos grandes armazéns e das cooperativas de consumo, dois “inimigos de morte” dos seus congéneres estrangeiros¹⁰.

in CROSSICK, Geoffrey e HAUPT, Heinz-Gerhard (1984), p. 50; JAUMAIN, Serge, (1995), *Les petits commerçants belges face à la modernité, (1880-1914)*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles, p. 163-164; MORRIS, Jonathan, (1993), p. 103-109; *Idem* (1997), “Les associations de détaillants en Italie à la fin du XIXe siècle”, in *Histoire, économie & société*, 16, p. 237-238 e 240-241 e *Idem* (2002), “Traders, taxpayers, citizens: the lower middle classes from Liberalism to Fascism”, in *Modern Italy*, 7, p. 155 e 160.

⁸ BLACKBOURN, David, (1977), p. 421; WINSTANLEY, Michael J. (1983), p. 40-41; NORD, Philip G. (1986), p. 198-200 e MORRIS, Jonathan (1993), p. 132-136.

⁹ ALVES, Daniel, (2010), p. 126-135.

¹⁰ NORD, Philip G., (1986), p. 60-82; MORRIS, Jonathan, (1993), p. 140-153. Para o caso de Lisboa veja-se ALVES, Daniel, (2010), p. 136-156.

Alinhamentos políticos divergentes ou várias faces do mesmo radicalismo?

Apesar da caminhada para a direita destacada na historiografia internacional, não é possível classificar a pequena burguesia como um conjunto de indivíduos conservadores que se estavam a adaptar ao novo ambiente político da Europa, antes devem ser vistos como uma gente pragmática que nesta aproximação encontrava uma forma de protestar contra um sistema parlamentar que os colocava à margem da política e contra o crescimento das atividades financeiras e comerciais de grande escala que ameaçavam a sua desejada independência económica¹¹. No fundo, esta perspectiva equivale a afirmar que os lojistas não abandonaram a sua matriz radical, como era claramente visível em Paris, por exemplo, onde defendiam os referendos, a autonomia local, o imposto sobre o rendimento ou a nacionalização dos monopólios naturais, apesar de no final do século XIX, afetados pela crise económica e pela pressão de um socialismo crescente, demonstrarem tendências “antimodernistas”, como eram os ataques aos grandes armazéns e o discurso contra os estrangeiros e os judeus, por exemplo. Estes bodes expiatórios eram tão só uma forma de defesa contra o que verdadeiramente estava a afetar o seu modo de vida e de trabalho, a transformação económica e urbana da conjuntura de transição de século¹².

Em Lisboa os lojistas não demonstravam o mesmo tipo de ansiedades e ressentimentos, em grande medida porque não tinham o “perigo” socialista à espreita, muito menos se sentiam incomodados por estrangeiros ou judeus. Mesmo as novas formas de comércio pouca relevância tinham ainda, com os grandes armazéns e as cooperativas de consumo, profundamente odiadas pelos lojistas de Paris e Milão, a serem pouco mais que insignificantes no conjunto dos cerca de 10 mil lojistas da capital portuguesa. Contudo, à falta destes bodes expiatórios o radicalismo dos pequenos comerciantes lisboetas – também preocupados com os monopólios, por exemplo, esse verdadeiro “ataque à liberdade do trabalho” do qual resultava a morte da “concorrência legal, legítima, filha do trabalho, da inteligência e dos esforços de cada um”¹³ – acabou por ser enquadrado pelo discurso de propaganda dos republicanos, fazendo com que o alvo do seu ressentimento se virasse para os políticos monárquicos e, em última análise, para a monarquia.

O facto de terem construído uma autoimagem centrada no papel de intermediários, de homens do “meio” na sociedade levou-os, nos países onde as ideias socialistas e marxistas sobre o “desaparecimento inevitável das pequenas empresas” no mundo capitalista se divulgaram e afirmaram com mais força, a uma natural tendência conservadora, procurando defender a sua pequena propriedade e procurando que

CROSSICK, Geoffrey e HAUPT, Heinz-Gerhard, (1995), *The Petite Bourgeoisie in Europe 1780-1914. Enterprise, Family and Independence*, London, Routledge, p. 133.

¹¹ NORD, Philip G., (1986), p. 297-301.

¹² ACLL, *Relatório de 1887*, p. 7; *Boletim*, n.º 6, junho de 1888, p. 5-6 e n.º 18, junho de 1889, p. 6-7.

o Estado interviesse em sua defesa¹⁴. Como parece óbvio, onde aquelas ideias tiveram maior dificuldade de penetração, como aconteceu em Portugal, onde o socialismo nunca teve realmente expressão política e social até ao início da República¹⁵, a tendência para abandonar o tradicional radicalismo político não afetou os lojistas, ou, dito de outra forma, não os impediu de abraçar um outro tipo de radicalismo que acabaria por levar à implantação da República.

O que parece ter afetado a caminhada dos lojistas parisienses para a direita não foi tanto uma alteração profunda do seu modo de pensar, o qual, apesar de tudo, se “manteve notavelmente estável”, mas sim uma modificação do contexto político em que se inseriam no final do século XIX. O reforço do socialismo militante e os ataques à propriedade, mesmo à pequena propriedade, como era a sua, eram agora um forte obstáculo à manutenção de alianças com a esquerda. A pressão dos grandes negócios, fortemente ancorados no parlamento e defendidos pelos políticos liberais e a crescente preocupação destes com a questão social, também não deixava margem de manobra para uma associação entre o pequeno comércio e o liberalismo económico e político. Assim, tendo em conta a visão de sociedade dos lojistas, na qual os pequenos proprietários, os que estavam no “meio”, desempenhavam um papel fundamental no equilíbrio social, estes acabaram por se sentir “cercados, frustrados e excluídos” e a “direita radical oferecia a melhor alternativa”, com um discurso que apostava na “utopia” de uma nação construída e governada por pequenos proprietários¹⁶.

O republicanismo dos lojistas de Lisboa

Em Portugal, o republicanismo defendia, em parte, bandeiras semelhantes. Fernando Catroga afirma, por exemplo, que o programa republicano de 1891 “continuava a defender os interesses dos pequenos produtores e comerciantes”¹⁷. Contudo, o programa então publicado mais do que somente “continuar” a defender estes interesses, o que efetivamente representou foi um reforço muito significativo desse propósito, no que aos “pequenos comerciantes” diz respeito, face ao que é conhecido dos programas anteriores¹⁸. Não se quer com isto afirmar que os republicanos tivessem elaborado o programa de 1891 a pensar exclusivamente nos lojistas, contudo, pela

¹⁴ CROSSICK, Geoffrey e HAUPT, Heinz-Gerhard, (1995), p. 137.

¹⁵ MÓNICA, Maria Filomena, (1985), *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Veja-se ainda os resultados das listas socialistas em várias eleições na fase final da Monarquia que Pedro Tavares de Almeida classifica de “insignificantes”. ALMEIDA, Pedro Tavares de, (1985), “Comportamentos eleitorais em Lisboa, 1878-1910”, in *Análise social*, 85, p. 144 e 147.

¹⁶ NORD, Philip G., (1986), p. 486-492.

¹⁷ CATROGA, Fernando, (2000), *O republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa, Editorial Notícias, p. 59.

¹⁸ CATROGA, Fernando, (2000), p. 57-59.

análise que foi possível fazer entre o discurso dos lojistas e os vários programas republicanos, é notório o fluxo bidirecional, a influência recíproca entre promessas dos republicanos e reivindicações dos lojistas que resultou, muito provavelmente, do facto destes últimos serem, cada vez mais e em simultâneo, oradores e público de uma propaganda que estava a ganhar forma e consistência.

O processo foi gradual e, à medida que o republicanismo se popularizou, assim a identificação com os/dos lojistas foi crescendo. Na década de 1870, os programas republicanos ainda apresentavam poucos atractivos pois, ao lado da abolição dos direitos de consumo, defendia-se a criação de sociedades cooperativas de produção, consumo e crédito¹⁹. No fundo, a vantagem de uma proposta era anulada pelo inconveniente da outra. Na década de 1880, o programa “federalista radical”, de Teixeira Bastos, trouxe algumas novidades, mantendo as duas medidas anteriores e acrescentando a “supressão de todos os monopólios” e a “substituição dos impostos atuais por um imposto único e progressivo sobre o capital”²⁰. Apesar do radicalismo das propostas e da aproximação ao “programa” de defesa dos interesses da classe seguido pelo movimento associativo dos lojistas de Lisboa, nada era dito, por exemplo, sobre o inquilinato ou mesmo sobre a liberdade de trabalho e indústria que já há vários anos preocupavam os pequenos comerciantes da capital²¹. Contudo, chegados a 1891, o “Manifesto-Programa” vai incorporar muitas das principais reivindicações dos lojistas, senão mesmo todas, e, além do problema fiscal e da questão dos monopólios, vai defender a revisão das pautas, num sentido livre-cambista, a não concorrência do Estado “com as indústrias particulares” e, fundamentalmente, a liberdade de trabalho e indústria e a regulamentação do inquilinato, duas áreas fundamentais e transversais no discurso dos homens que trabalhavam atrás do balcão²².

Deste modo, a sua identificação com certos setores da política, fosse no estrangeiro ou em Lisboa, era mais um reflexo da sua forma de estar na vida e nos negócios, caracterizada por um pragmatismo que dispensava grandes teorias e optava por uma aproximação, sempre que possível, independente a todos aqueles que, de alguma forma, se mostrassem solícitos em defender as suas causas, em apoiar as suas reivindicações. Para eles a política era feita de coisas concretas, ações diretas que fossem de encontro à resolução dos seus problemas. Por isso, em Lisboa o programa do Partido

Idem, p. 49-52.

19 BASTOS, Teixeira, (1886), *Projeto de um programma federalista radical para o partido republicano*, Lisboa, Nova Livr. Internacional, p. 28.

20 Uma das principais bandeiras da Associação dos Lojistas nos primeiros anos de existência foi precisamente a questão da “liberdade de comércio”, por diversas vezes referida no discurso dos próprios lojistas ou naquele que era feito sobre eles. Apenas a título de exemplo veja-se *Diário de Notícias*, n.º 2423, 17 de outubro de 1872 sobre a polémica gerada pela reforma das licenças camarárias de comércio. O tema do inquilinato preocupava igualmente os lojistas desde há longa data. Em 1864 alertavam para a “arbitrariedade” de alguns senhorios “habitados a lidar com escravos” e que se aproveitavam do trabalho dos lojistas. Cf. *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 40, 21 de fevereiro de 1864 (este é também um exemplo entre muitos que vão continuar ao longo das décadas de 1870 e 1880).

21 *Programa do Partido Republicano Português* (1908), p. 5-8 (reedição do “Manifesto-Programa, publicado pelo Diretório do Partido Republicano Português de 1891”).

Reformista, centrado nas “economias” lhes tinha dito tanto, assim como o programa progressista de 1876 ou, mais tarde, o programa republicano de 1891. Neles viram espelhadas as suas preocupações com a liberdade de trabalho e comércio, o seu desejo de um Estado poupado e não intrusivo, a necessidade de uma reforma fiscal que levasse em conta as particularidades das pequenas empresas, a sua repulsa pelos monopólios, por fim, o sonho de verem regulado o inquilinato comercial que tanto afetava a estabilidade do seu negócio.

Nem todas estas perspetivas estavam presentes em todos os programas dos partidos a que, sucessivamente, foram dando o seu apoio, entre 1870 e 1910, nem tão pouco se refletiam nas suas práticas políticas. Esse facto, precisamente, ajuda até a explicar a sua tendência para trazerem o republicanismo para trás do balcão na última década de oitocentos. Depois de terem estado ao lado dos reformistas e das suas “economias”, depois de aguardarem que o Partido Progressista colocasse o seu programa em marcha nas diversas vezes em que passou pelo governo, depois de verem as suas expectativas ignoradas ou mesmo desvalorizadas pelos regeneradores, a desilusão com os partidos monárquicos, associada à crise da década de 1890, à ausência de fatores concorrenciais que pudessem funcionar como bodes expiatórios e à pressão de uma propaganda contra os aumentos de impostos, a constituição de monopólios e a própria instabilidade governativa, acabaria por lançar o radicalismo dos lojistas nas mãos dos republicanos. Mais ainda, o facto de a partir do final da década de 1880 se ter iniciado este processo de identificação, leva a colocar a hipótese de ser a presença cada vez mais visível e constante dos lojistas na propaganda republicana a ter influenciado a elaboração de uma parte do programa republicano de 1891²³.

Contudo, é preciso ter a noção de que os republicanos não tiveram propriamente uma atitude passiva e muito fizeram para conquistar para as suas hostes os lojistas, essa parte muito significativa da pequena burguesia urbana que passou a constituir uma das suas principais, senão mesmo a principal, base social de apoio²⁴. Ao longo da década de 1890 foram vários os sinais de aproximação entre republicanos e lojistas e essa tendência, é preciso destacá-lo, foi acompanhada por um progressivo afastamento dos partidos monárquicos, em parte resultante de um conjunto de erros estratégicos, em parte derivado do facto de esses partidos não desejarem ou sentirem necessidade de uma aproximação aos lojistas, ao contrário do que estava a acontecer com os partidos mais conservadores lá fora.

Deste modo, enquanto os republicanos se mostravam solícitos, os monárquicos pareciam ter cada vez mais dificuldade em enquadrar o radicalismo dos lojistas que, no fundo, era uma mera expressão das frustrações e ressentimentos de um grupo social muito dinâmico em termos eleitorais, que representava uma fatia significativa do eleitorado e, talvez, a mais participativa, mas que não via tradu-

²³ ALVES, Daniel, (2010b), “Entre o balcão e a política: os lojistas de Lisboa e o republicanismo (1870-1910)”, in *Ler História*, 59, p. 101-123.

²⁴ RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, (2003), *A popularização da cultura republicana (1881-1910)*, tese de mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra, p. 23-24 e 41.

zida essa posição e atitude numa mais-valia socioeconómica e política, sendo que até essa possibilidade de participação ficou seriamente afetada com a legislação eleitoral de 1895²⁵. Contudo, não se pode pensar apenas em “dificuldade” em acompanhar o radicalismo dos lojistas, pois os políticos monárquicos, provavelmente, pela debilidade do movimento socialista e pelas naturais alianças sociais e económicas, nunca sentiram vontade de contrariar, com um apoio às medidas exigidas pelos lojistas, uma elite que era a base de recrutamento desse mesmo estrato governativo. Essa foi, pelo menos, a percepção que os homens do pequeno comércio foram construindo, também ela contribuindo para que, na altura em que estavam com maiores dificuldades, se sentissem tentados a apontar esses políticos e o sistema político que sustentavam, a monarquia, como os principais responsáveis pela sua situação.

A medida que crescia a identificação com o republicanismo, para além de continuarem a ser ignoradas as suas expectativas e reivindicações, os lojistas passaram, já na década de 1890, a contar com a desconfiança ou até, em alguns momentos, com a hostilidade dos regeneradores e viram manter ou até, em alguns casos, crescer as hesitações e erros dos progressistas no que diz respeito às medidas concretas que poderiam ter influência no seu dia a dia: os impostos e o inquilinato comercial, questões sempre prometidas e constantemente adiadas. Enquanto os republicanos os mobilizavam para o protesto patriótico, os regeneradores aumentavam-lhes os impostos e os progressistas não os contrariavam; enquanto os republicanos falavam das dificuldades e das falências, os políticos da esquerda monárquica acenavam com propostas, nunca concretizadas, de resolução do problema do inquilinato, não combatiam os monopólios que faziam crescer os custos de manutenção das lojas em altura de crise e até os insultavam com referências a lucros elevados, à falsificação de géneros e à necessidade de controlar os preços; enquanto os republicanos patrocinavam os seus protestos em relação à política fiscal e à intrusão da administração nos livros comerciais, através da imposição do selo, os regeneradores aumentavam novamente os impostos e dissolviam a sua associação representativa, uma vez mais com o silêncio, cada vez mais ensurdecedor, dos progressistas; enquanto os lojistas não viam qualquer problema em dar o seu apoio eleitoral aos republicanos, João Franco diminuía significativa a sua capacidade de participação política através de um controlo mais apertado sobre os recenseamentos.

Por um lado, os lojistas verificavam que a liberdade de comércio e até associativa estavam a ser postas em causa, que os monopólios não eram contrariados, que os impostos eram aumentados e que o problema do inquilinato era ignorado pelos políticos monárquicos. Por outro lado, recebiam dos republicanos todas as atenções, reconheciam no seu programa a maioria, senão todas as suas aspirações. Para homens que deviam a sua posição ao esforço individual, à capacidade de trabalho, que se tinham elevado da condição dependente e submissa de caixeiros, que faziam do pragmatismo um modo de estar na vida, a conclusão, o caminho a seguir parecia ser óbvio. Para

²⁵ Sobre o impacto da legislação de março de 1895 na participação eleitoral dos lojistas de Lisboa, veja-se ALVES, Daniel, (2010), p. 523-546.

mais quando, por falta de dinamismo do movimento socialista, não viam, ao contrário dos seus colegas estrangeiros, nenhum perigo em aproximarem-se ainda mais da esquerda, através da qual, muito provavelmente, esperavam poder manter ou até reforçar o seu protagonismo político.

Contudo, a ligação entre os lojistas e o PRP não pode ser explicada apenas pela confluência entre a defesa dos interesses de classe e o programa do republicanismo. Num aspeto os lojistas de Lisboa estavam claramente a par do que era comum entre os seus colegas europeus. Lá, como cá, as ideias de independência e propriedade, centrais na definição do papel do lojista na sociedade, eram acolhidas de forma apaixonada e “eram frequentemente defendidas tendo em conta mais a possível devastação de que poderiam ser alvo por parte dos ricos e poderosos, do que qualquer ameaça colocada pelos que não eram proprietários.”²⁶

Nestas ideias está subjacente a visão de que a pequena burguesia lisboeta esteve sempre mais convencida que era efetivamente ameaçada pelos privilégios, pela corrupção, pelos monopólios dos ricos e poderosos do que pelo socialismo da classe trabalhadora²⁷. Foi precisamente esta posição, enraizada no pequeno comércio lisboeta e perceptível no seu discurso durante a crise da década de 1890, que o impulsionou para uma identificação cada vez maior com os republicanos e a sua propaganda de denúncia dos “escândalos” da Monarquia. Os lojistas, uma “gente orgulhosa (...) e ferozmente independente”, ressentiam-se da preponderância de uma “oligarquia” reinante, que frustrava as suas ambições sociais e fazia sentir os limites da sua posição subordinada²⁸, tornando ainda mais atrativo o discurso moralizador e igualitário do republicanismo.

Conclusão

Tendo traçado o percurso do alinhamento político dos lojistas e apresentado uma explicação possível para o mesmo, por comparação com o que acontecia, na mesma época, em Paris e Milão, talvez se possa concluir com uma última interrogação que permita, ao mesmo tempo, colocar o caso lisboeta em contexto com o que se passava no estrangeiro. Se, até 1910, os lojistas de Lisboa foram reforçando as suas ligações à esquerda do espectro político português, numa tendência que era oposta ao que se verificava desde, pelo menos, a década de 1880 em alguns países europeus, aparentemente eles terão chegado ao final da década de 1920 numa posição, se não de

²⁶ CROSSICK, Geoffrey e HAUPT, Heinz-Gerhard, (1995), p. 9.

²⁷ RAMOS, Rui, (1994), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Vol. VI da *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, p. 200-201.

²⁸ VALENTE, Vasco Pulido, (1999), *O poder e o povo*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 48. Mesmo na Inglaterra, o “ataque à elite rica estava presente”, mantendo vivo um radicalismo que se fazia campeão na luta contra “monopólios e privilégios”. Cf. CROSSICK, Geoffrey e HAUPT, Heinz-Gerhard, (1984), p. 76.

apoio claro, pelo menos, de aprovação tácita a uma solução autoritária de direita para os problemas vividos pelo país²⁹. Aparentemente, o diferente caminho percorrido ao longo de quarenta anos pelos lojistas de Lisboa acabou por ser desviado, em menos de vinte, para um ponto de chegada que em muito se assemelhava ao dos lojistas franceses, italianos ou alemães. Terá a República desiludido estes indivíduos como alguns setores da política monárquica já o tinham feito, ou será que a guerra, a crise económica, a instabilidade política e o maior vigor do movimento operário e da contestação laboral terão feito sobressair novamente o seu pragmatismo levando-os agora a abdicar da sua “radiosa” liberdade, para garantir a segurança da clientela e o sossego atrás do balcão? Fica a hipótese para um trabalho futuro.

²⁹ ROSAS, Fernando, (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII da *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, p. 107.